

## DOCUMENTAÇÃO

5.2.1 Imprimir, preencher, assinar e enviar o **Quadro Sócio-Familiar** (utilizar **MODELO 1** deste ANEXO);

5.2.2 Enviar **RG ou Certidão de Nascimento** de **TODOS** os integrantes da família;

5.2.3 Enviar **CPF de TODOS** os integrantes que tenham **18 anos de idade ou mais**);

5.2.4 Enviar Documentação oficial referente à **Guarda ou Tutela** de crianças e adolescentes ajuntados à família, caso houver. Caso não tenha documento oficial de Guarda ou Tutela, declarar tal situação por meio da Declaração Para Diversas Situações (utilizar **MODELO 2** deste ANEXO), digitalizado;

5.2.5 Enviar **última Declaração de IRPF completa do exercício 2019-2020** (todos os membros da família maiores de 18 anos).

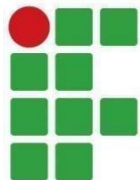
5.2.5.1 **No caso de ser isento do IRRF, imprimir o resultado da consulta efetuada** no sítio da Receita Federal, quanto à Situação da Declaração do Imposto de Renda, acessando o link: <http://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/consrest/actual.app/paginas/mobile/restituicaoomobi.asp> e **assinar declaração de isenção** quanto à Declaração do Imposto de Renda, conforme modelo disponível neste link (ou no **MODELO 8** deste ANEXO) <https://receita.economia.gov.br/formularios/declaracoes-e-demonstrativos/declaracao-de-isento/declaracao-de-isento-do-imposto-de-renda-pessoa-fisica-doc>, digitalizado.

5.2.6 Enviar **Carteira de Trabalho e Previdência Social atualizada** de **todos os componentes da família maiores de 18 anos**, contendo as **páginas: de identificação, da qualificação civil, do registro do último contrato de trabalho e a página e posterior em branco**. Caso não tenha carteira de trabalho, declarar tal situação por meio da Declaração de que não possui Carteira de Trabalho (utilizar **MODELO 6**, deste ANEXO).

5.2.7 Enviar **Comprovante de Residência**.

5.2.8 Enviar **Comprovação de renda** (para todos os integrantes da família que tenham 18 anos de idade ou mais):

**5.2.8.1** Trabalhadores do mercado **formal** (celetistas/servidores públicos): enviar **dois últimos contracheques/holerites** da remuneração (meses de setembro e outubro).



**INSTITUTO FEDERAL**  
Paraná



Ministério da Educação

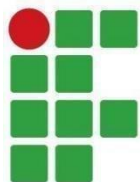
**5.2.8.2** Trabalhadores do **mercado informal / autônomos / empregados rurais / pequenos produtores / todo e qualquer rendimento percebido mensalmente**: utilizar/enviar **Declaração de Renda de Trabalho Informal**, utilizar **MODELO 3**, deste ANEXO.

**5.8.2.3** Pessoas que recebem **pensão alimentícia e/ou aluguel**: utilizar/enviar **MODELO 5** deste ANEXO.

**5.2.8.4** **Aposentados/pensionistas** e beneficiários de auxílio doença e demais benefícios INSS: enviar **último extrato** retirado no banco constando o valor do benefício.

**5.2.8.5** Maiores de 18 anos que estejam **desempregados**: enviar **declaração que não possui renda**, utilizar **MODELO 4** deste ANEXO.

5.3 – Enviar modelo **ANEXO II** abaixo, devidamente **preenchido e assinado** pela/o estudante (**ou, caso menor de 18 anos, por sua/seu responsável legal**).



**INSTITUTO FEDERAL**  
Paraná



Ministério da Educação

**ANEXO II**

**TERMO DE AUTODECLARAÇÃO DE NECESSIDADE DE CONEXÃO E INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA**

<b>Nome da/o estudante:</b>		
<b>RG:</b>	<b>CPF:</b>	<b>Curso/Turma:</b>
<b>CELULAR (COM DDD):</b>	<b>OPERADORA DO CELULAR:</b>	<b>CIDADE DE RESIDÊNCIA:</b>

<b>Nome da/o Responsável:</b>	
<b>RG:</b>	<b>CPF:</b>

A/O estudante acima qualificado ou sua/seu responsável legal solicita inscrição no Edital Interno do Campus Astorga de Fornecimento de Acesso à Internet (nº 14) e declara:

I – Que leu e concorda com os termos estabelecidos neste Edital;

II – Que no momento desta inscrição apresenta limitações de Acessibilidade Digital, que impedem a plena realização do Regime Didático Emergencial proposto pelo IFPR;

III – Que a renda per capita (renda total dividida pelo número de pessoas da família) é de R\$ \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_);

E compromete-se em:

I – Empenhar-se na realização das atividades pedagógicas propostas pelo IFPR, em especial daquelas englobadas e regulamentadas pelo RDE - Regime Didático Emergencial;

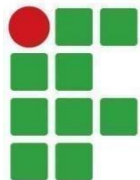
II – Usar o pacote de dados exclusivamente para fins educacionais.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Estudante

\_\_\_\_\_  
Responsável legal





**INSTITUTO FEDERAL**  
Paraná



Ministério da Educação

**MODELO 2**

**DECLARAÇÃO PARA DIVERSAS SITUAÇÕES (NÃO SUBSTITUI DOCUMENTOS ESPECIFICAMENTE REFERENCIADOS OU SITUAÇÕES EXPLICITAMENTE DEFINIDAS)**

EU, \_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_,  
CPF \_\_\_\_\_ DECLARO:

---

---

---

---

---

---

E, por isso ser expressão da verdade, comprometo-me a fazer prova onde necessário for, para os devidos fins de direito, repartições públicas federais, autarquias e onde mais necessário for, na forma da Lei.

Declaro também estar ciente das penalidades legais a que estou sujeito(a):

**Crime de Falsidade Ideológica**

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

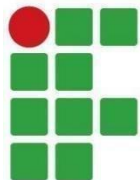
Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

**Crime de Estelionato**

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa. Assim sendo, por ser o aqui declarado a mais pura expressão da verdade, assino esta Declaração para que surta seus efeitos legais.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do/a declarante



**INSTITUTO FEDERAL**  
Paraná



**Ministério da Educação**

**MODELO 3**

**DECLARAÇÃO DE RENDA**

Eu \_\_\_\_\_, portador do  
RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que sou:

trabalhador informal,       trabalhador temporário,       trabalhador autônomo/liberal,       produtor rural,

Empresário/Microempreendedor Individual ou pessoas com participação em cotas de empresas ou microempresas, exercendo atualmente a profissão/ocupação de

\_\_\_\_\_ e recebendo mensalmente o valor aproximado de R\$ \_\_\_\_\_.

E, por isso ser expressão da verdade, comprometo-me a fazer prova onde necessário for, para os devidos fins de direito, repartições públicas federais, autarquias e onde mais necessário for, na forma da Lei. Declaro também estar ciente das penalidades legais a que estou sujeito(a):

**Crime de Falsidade Ideológica**

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

**Crime de Estelionato**

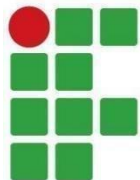
Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa. Assim sendo, por ser o aqui declarado a mais pura expressão da verdade, assino esta Declaração para que surta seus efeitos legais.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura do/a declarante



**INSTITUTO FEDERAL**  
Paraná



**Ministério da Educação**

#### MODELO 4

#### DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI RENDA MENSAL

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF \_\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas das leis, que não recebo, atualmente: salários, proventos, pensões alimentícias, aposentadorias, benefícios sociais, comissões, pró-labore, outros rendimentos do trabalho não assalariado, rendimentos do mercado informal ou autônomo, rendimentos auferidos do patrimônio e quaisquer outros.

E, por isso ser expressão da verdade, comprometo-me a fazer prova onde necessário for, para os devidos fins de direito, repartições públicas federais, autarquias e onde mais necessário for, na forma da Lei.

Declaro também estar ciente das penalidades legais a que estou sujeito(a):

##### **Crime de Falsidade Ideológica**

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

##### **Crime de Estelionato**

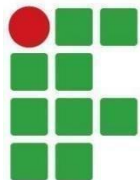
Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa. Assim sendo, por ser o aqui declarado a mais pura expressão da verdade, assino esta Declaração para que surta seus efeitos legais.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura do/a declarante



**INSTITUTO FEDERAL**  
Paraná



**Ministério da Educação**

**MODELO 5**

**DECLARAÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA**

Eu \_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, nos termos do Edital Vigente  
DECLARO, para os devidos fins, que:

( ) **Recebo pensão alimentícia no valor mensal de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_), proveniente da guarda de \_\_\_\_\_ (nome do filho/a).**

E, por isso ser expressão da verdade, comprometo-me a fazer prova onde necessário for, para os devidos fins de direito, repartições públicas federais, autarquias e onde mais necessário for, na forma da Lei.

Declaro também estar ciente das penalidades legais a que estou sujeito(a):

**Crime de Falsidade Ideológica**

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

**Crime de Estelionato**

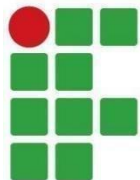
Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa. Assim sendo, por ser o aqui declarado a mais pura expressão da verdade, assino esta Declaração para que surta seus efeitos legais.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura do/a declarante





**INSTITUTO FEDERAL**  
Paraná



**Ministério da Educação**

**MODELO 6**

**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI CARTEIRA DE TRABALHO**

Eu \_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que NÃO possuo Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), pois

---

E, por isso ser expressão da verdade, comprometo-me a fazer prova onde necessário for, para os devidos fins de direito, repartições públicas federais, autarquias e onde mais necessário for, na forma da Lei.

Declaro também estar ciente das penalidades legais a que estou sujeito(a):

**Crime de Falsidade Ideológica**

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

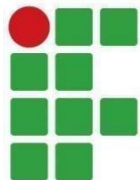
**Crime de Estelionato**

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa. Assim sendo, por ser o aqui declarado a mais pura expressão da verdade, assino esta Declaração para que surta seus efeitos legais.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura do/a declarante



**INSTITUTO FEDERAL**  
Paraná



Ministério da Educação

**MODELO 7**

**DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO E DE RESIDÊNCIA (PARA ESTUDANTE QUILOMBOLA OU INDÍGENA)**

As lideranças comunitárias abaixo identificadas, da ( ) COMUNIDADE QUILOMBOLA \_\_\_\_\_ (nome do Quilombo), OU ( ) COMUNIDADE INDÍGENA \_\_\_\_\_ (nome da TRIBO) DECLARAM, para fins de inscrição nos Programas da Assistência Estudantil que o(a) estudante \_\_\_\_\_ (nome completo), cadastrado(a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_ (onze dígitos), pertencente à Comunidade \_\_\_\_\_ (nome do quilombo ou da tribo ao qual pertence) e reside, localizada no município \_\_\_\_\_, UF \_\_\_\_\_. Por ser expressão da verdade, firmamos e datamos a presente declaração.

\_\_\_\_\_  
Local e data (Informar a Cidade, a UF e o dia, mês e ano da emissão).

LIDERANÇA 01

Nome completo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

LIDERANÇA 02

Nome completo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

**MODELO 7 - (página 2)**

**DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO E DE RESIDÊNCIA (PARA ESTUDANTE QUILOMBOLA OU INDÍGENA)**

LIDERANÇA 03

Nome completo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_ Assinatura:

\_\_\_\_\_

Obs 1: Esta declaração deverá ser utilizada para fins de comprovante de residência do estudante:

- comunidade quilombola, quando a Fundação Cultural Palmares não declarar ou
- comunidade indígena, quando a FUNAI não declarar Obs 2: Se os líderes ou alguns dos líderes signatários da declaração possuir algum vínculo com alguma entidade representativa da comunidade, essa situação deverá ser identificada na declaração, mediante a indicação do nome e aposição do carimbo do CNPJ da entidade a qual representa.

**MODELO 8**

**Declaração de Isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF)**

Eu, \_\_\_\_\_,  
RG/CNH nº \_\_\_\_\_, órgão expedidor: \_\_\_\_\_, UF: \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_,  
endereço \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, cidade de  
\_\_\_\_\_, telefone(s) (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, DECLARO ser isento(a) da apresentação da  
Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) no(s) exercício(s) 2019-2020 por não incorrer em nenhuma das  
hipóteses de obrigatoriedade estabelecidas pelas Instruções Normativas (IN) da Receita Federal do Brasil (RFB).

Esta declaração está em conformidade com a IN RFB nº 1548/2015 e a Lei nº 7.115/83\*.

Declaro ainda, sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações acima prestadas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

\*Esclarecemos que a Receita Federal do Brasil não emite declaração de que o(a) cidadão(ã) está isento(a) de apresentar a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF), pois a Instrução Normativa RFB nº 1548, de 25 de fevereiro de 2015, regula que, a partir do ano de 2008, deixa de existir a Declaração Anual de Isento. Ademais, a Lei nº 7.115/83 assegura que a isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado. Mais informações podem ser obtidas na página da RFB na internet, no seguinte endereço eletrônico:  
<http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/dai-declaracao-anual-de-isento>

**LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.**

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. . 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único - O dispositivo neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. . 2º - Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. . 3º - A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. . 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. . 5º - Revogam-se as disposições em contrário.